

PELO REAJUSTE RGA

Servidores estaduais realizam manifesto conjunto em Tangará

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Cerca de 200 servidores públicos estaduais em atividade em Tangará da Serra realizaram na manhã desta terça-feira, 24 de maio, um ato conjunto em protesto e em defesa ao pagamento integral do Reajuste Geral Anual (RGA), previsto em 11,28% em 2016.

No manifesto, realizado na Praça Antonio Alves Duarte (em frente ao Samu), participaram servidores das mais diferentes áreas afetadas, entre elas da Polícia Judiciária Civil, Saúde, Departamento de Trânsito e Universidade do Estado

de Mato Grosso (Unemat).

“Esse ato unificado é para reivindicar o pagamento integral na data base dos servidores da Revisão Geral Anual, que é recomposição das perdas referentes ao período do ano passado”, explicou a agente de Serviço de Trânsito do Detran, Roseli Dizeró. “Por enquanto ele [Pedro Taques] não se manifestou e se recusa a conceder esse direito constitucional do servidor (...) Não estamos reivindicando aumento, mais a reposição da inflação do salário do servidor”.

Quem também reforçou o protesto foram os servidores ligados ao Sindicato dos Técnicos da Educação Superior da

Universidade do Estado de Mato Grosso (Sintemat). “Todas as categorias do Estado de Mato Grosso tem se organizado de forma conjunta para que possa estabelecer essa garantia legal da reposição salarial que acontece todo o mês de maio de cada ano”, reiterou o presidente da subsede do Sintemat, Adervaldo Chaves Ribeiro.

Vale destacar que os servidores do Detran decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, em unidade com as demais categorias do funcionalismo público estadual, a partir do dia 31 de maio. Já o Sintemat realizará uma assembleia nesta quarta-feira, 25.



O manifesto foi realizado na Praça Antonio Alves Duarte (em frente ao Samu)

PROTESTO

PJC e Saúde param atividades por 48 horas. Unemat até segunda



Servidores cobram pagamento integral do RGA

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Na Unemat as atividades acadêmicas estarão suspensas até a próxima segunda-feira, 30 de maio

O manifesto unificado realizado na manhã desta terça-feira, 24, pelos servidores públicos estaduais em atividade em Tangará da Serra em defesa ao pagamento integral do Reajuste Geral Anual (RGA) marcou também o início da paralisação de 48 horas da Polícia Judiciária Civil de Tangará da Serra e servidores da Saúde. O protesto aconteceu na Praça Antonio Alves Duarte (em frente ao Samu).

De acordo com o investigador da Polícia Judiciária Civil, Edivaldo Tocantins, a categoria em atividade em Tangará da Serra, seguindo o movimento de Cuiabá, decidiu no Fórum Sindical, optou pela paralisação de

48 horas “em decorrência do não cumprimento pelo Governo de seu compromisso, que é a reposição salarial”.

Os trabalhos nas Delegacia Regional, Delegacia Especializada em Defesa da Mulher e a 1ª Delegacia de Polícia, segundo o representante, estarão parados nestas 48 horas. “Iremos manter o serviço essencial, que é os 30%”

A paralisação iniciou na manhã desta terça-feira e segue até o final do dia de hoje. “Existe o indicativo de greve, estamos fazendo essa paralisação de 48 horas e estamos abertos às conversações”, reforçou. “É importante dizer que nós não estamos brigando por um aumento salarial. Na realidade é a reposição inflacionária que é definida em lei. No ano passado, como voto de confiança, aceitamos que ele parcelasse esse reajuste anual, e esse ano ele disse que não vai pagar. Mas não funciona assim. Se é lei nós temos que sentar, estudar as melhores possibilidades e

ele que é um fiscal da lei deveria simplesmente cumpri-la”.

Assim como a PJC, servidores ligados a saúde, especificamente do Polo Regional de Saúde, também cruzaram os braços. “Desde 2015 o Governo do Estado priorizou algumas repartições públicas, pagando o RGA apenas para o judiciário e para o Legislativo. Com isso ele dividiu para o restante dos trabalhadores essa reposição, que está garantida em Lei. E esse ano novamente o governador [Pedro Taques] pagou o judiciário e o Legislativo, e os demais trabalhadores ele disse que não iria pagar. Simplesmente falou não ter condições de pagar, afirmando estar aberto a negociação. Porém, em nenhum momento apresentou nada para gente de quando e como iria pagar. Por isso as categorias estão reunidas aqui em Tangará da Serra para que o Governo apresente alguma proposta”, reclamou o técnico do SUS e representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Saúde e Meio Ambiente, Mário Ribeiro Neres.

UNEMAT – Assim como os demais servidores estaduais, os professores ligados a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat) deliberaram pela paralisação das atividades acadêmicas nesta terça e quarta-feira, 24 e 25, assim como na próxima segunda-feira, 30 de maio, e, caso não haja uma negociação até a data, greve geral por tempo indeterminado também a partir do dia 31 deste mês.

SOBRE RGA

Governo reafirma que apresentará proposta em junho

>> **Euziany Teodoro**
Gcom-MT

O Governo do Estado de Mato Grosso comunicou à Assembleia Legislativa, por meio de ofício na manhã desta terça-feira, 24, que apresentará alternativas para viabilizar o pagamento do Reajuste Geral Anual (RGA), previsto em 11,28% em 2016, no início de junho deste ano. O documento, que responde à proposta da Assembleia, foi entregue pelo secretário de Gestão, Julio Modesto, ao líder do Governo na Casa de Leis, deputado Wilson Santos.

Modesto reafirmou que o Executivo está dialogando com os servidores estaduais e irá mostrar o fluxo de caixa do Governo para, se for possível, fazer o pagamento do Reajuste.

De acordo com a Câmara Fiscal do Governo não será possível, neste momento, fazer o pagamento do RGA em duas parcelas, como foi proposto pela Assembleia Legislativa em 23 de maio. Segundo o estudo da proposta, pagar o RGA em duas parcelas, a primeira de 7,5% em maio e a segunda de 3,77% em junho, como foi proposto, poderia causar grave impacto na administração.

O limite legal de gastos com despesa de pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ultrapassaria os 49% previstos, passando a exorbitantes 53,96%, “pois o acréscimo das despesas de pessoal oriunda da concessão de RGA deve ser obrigatoriamente contabilizado na apuração do limite estabelecido na LRF”.



O documento foi entregue pelo secretário de Gestão, Julio Modesto